



# **Governos e ONGs a serviço de interesses corporativos: impactos e lutas de resistência**

**Boletim do WRM 273**

Dezembro 2024

[Acesse o Boletim no site do WRM](#)

[ASSINE O BOLETIM](#)

# Índice

NOSSA OPINIÃO: Como as COPs e os mercados de carbono alimentam mais incêndios na Amazônia.....	3
A apropriação corporativa da luta das mulheres: Maquiagem lilás na atuação das grandes ONGs.....	7
Como o REDD jurisdicional ameaça florestas e beneficia ONGs na Indonésia: o caso de Kalimantan Oriental.....	11
Organizações de base da África Ocidental e Central reafirmam seu compromisso contra as monoculturas de árvores e em defesa de suas terras e florestas ancestrais.....	20
Madagascar: Comunidade de Sainte Luce diz NÃO à destruição causada pela mineração.....	23
Fundos milionários para a biodiversidade: uma proposta perigosa.....	29
 DOS ARQUIVOS DO BOLETIM DO WRM	
Para reler. REDD+ no Acordo de Paris: Financiamento para a indústria de conservação e desmatamento sem obstáculos.....	36
 RECOMENDADOS	
Brasil: Lançado dossiê sobre a resistência e ocupação tradicional dos Turiwara	
Tembé no alto Rio Acará, estado do Pará, Brasil.....	36
Uma breve história de colonialismo, mudanças climáticas e mercados de carbono.	36
A aprovação do Artigo 6.4 pela COP29 está “abrindo as comportas para um mercado global de carbono que terá impactos devastadores sobre as comunidades do Sul Global” .....	37
Novo livro: CLIMATE OPIUM - Como estamos tendo uma overdose de falsas soluções para a emergência climática.....	37

## NOSSA OPINIÃO

# Como as COPs e os mercados de carbono alimentam mais incêndios na Amazônia

**Em 22 de novembro terminou a COP29 sobre mudanças climáticas, em Baku, Azerbaijão. Numa de suas sessões, autoridades brasileiras falaram da próxima COP30 na Amazônia, em frente a uma mega foto da Floresta Amazônica intacta. No entanto, longe dos holofotes de Baku, a realidade de muitos povos Amazônicos é de desespero com a floresta sendo consumida por incêndios florestais.**

Faltando um ano para a 30ª Conferência das Partes das Nações Unidas (COP30) sobre Mudanças Climáticas, em Belém, no estado brasileiro do Pará —a primeira realizada em uma região de floresta tropical— a Amazônia vive várias crises. Em 2024, além da pior estiagem já vivida na região, também os incêndios florestais estão entre os mais severos da história. Este ano, o Brasil lidera o ranking de incêndios florestais na América Latina. Até o dia 17 de novembro, foram 256,445 focos detectados no Brasil, seguidos por 89,400 na Bolívia e 40,994 na Venezuela. No Brasil, um dos estados mais atingidos é o Pará, cuja capital é Belém. Até novembro, o estado teve 48,842 focos em 2024, apenas atrás do estado do Mato Grosso (49,969). (1)

Muitos são os territórios paraenses atingidos pelo fogo. A cerca de 70km de Belém, por exemplo, fica a Terra Indígena de Anambé, que em menos de um mês teve mais da metade de sua área destruída pelo fogo. A comunidade Anambé precisou acampar no limite de seu território, com escassez de alimentos e água. (2). Não muito longe dali, na região da Vale do Acará, quilombolas da associação AMARQUALTA e indígenas Tembé também pediram socorro.

Pelo menos três fatores explicam essa tragédia que tem devastado tantos territórios.

Um fator foi revelado recentemente pela coalizão brasileira Agro é Fogo ao denunciar que **mais de 70% do orçamento da principal estrutura do governo federal de combate aos incêndios não foi executado nem empenhado.** (3) Isso coincide com os gritos e denúncias dos povos atingidos pela ausência do Estado – governos federal e estadual – no combate ao fogo, colocando em risco a vida de muitos afetados a quem resta tentar conter os incêndios por conta própria.

**O segundo e mais importante fator relacionado aos incêndios florestais parte de uma análise profunda pela coalizão Agro é Fogo,** resultado de estudos acadêmicos articulados à vivência junto às comunidades que dependem da floresta e outros biomas, como o Cerrado e o Pantanal. O estudo mostra que não se trata de uma fatalidade lamentável ou um problema ambiental-climático, mas que **“incêndios florestais e desmatamento são instrumentos para a consolidação da grilagem de terras que acompanha a expansão da fronteira agrícola capitalista sobre territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais”.** (4) É sobretudo uma das consequências da expansão do agronegócio, base central de apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro e fortemente representado no parlamento brasileiro, e no governo atual.

O terceiro fator **é a prioridade dada pelas autoridades ao mercado de carbono, propagandeado como a principal forma de salvar a Amazônia e pautado em uma intensa agenda internacional.** Em setembro, por exemplo, o governador do Pará firmou, em Nova Iorque, um acordo de USD 180 milhões em venda de créditos de carbono do programa estadual de carbono florestal. Ele foi duramente criticado por 38 povos e comunidades tradicionais e organizações parceiras em carta denunciando que não houve nada de “ampla participação” como ele afirma ter havido (5). O governador também esteve na COP29, onde pôde celebrar a aprovação de regras para o mercado de carbono, na mesma semana em que o Senado brasileiro aprovou um projeto de lei de regulação do mercado interno de carbono. (6)

---

### ***REDD+ e as COPs: legitimar e intensificar o uso de petróleo***

**Desde sua introdução em 2007, os projetos e programas de Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) têm mostrado que as promessas de salvar a floresta e mitigar a mudança do clima são uma mentira (7). Em sua essência, a principal finalidade dos créditos de carbono tem sido legitimar e intensificar o uso de petróleo e outros combustíveis fósseis, o que vem acompanhado de impactos sobre populações nos lugares de extração.**

**Em outras palavras, a conversa sobre carbono nas florestas é fundamentalmente uma conversa sobre petróleo. Por isso, as COPs têm se tornado cada vez mais encontros corporativos, sobretudo de representantes de empresas e lobistas do setor de energias fósseis. Em Baku, na COP29, foram 1,773 representantes do setor, algo que deve se repetir na COP30. São mais delegados enviados do que têm juntos os dez países mais ameaçados pelas mudanças climáticas. (8)**

---

Além de fundamental para o mercado de carbono, a Amazônia também está na mira da indústria de petróleo. Mais de 1 milhão de km<sup>2</sup> da região se sobrepõe por alguma fase exploratória de petróleo, segundo o Amazon Fossil-Free Monitor (9). A iniciativa também mostra que 101 projetos financiados pelo Fundo Amazônia, o maior programa REDD+ no Brasil, estão em áreas de blocos de exploração petrolífera, sendo 77 deles dentro da Amazônia Legal, levando a mais destruição. Uma das propostas que mais tem recebido atenção é a do governo brasileiro de explorar a Margem Equatorial por meio da empresa Petrobrás. A mesma empresa se tornou um dos principais financiadores do Fundo Amazônia (10).

Mas a indústria petroleira não é o único setor que destrói a floresta e que se beneficia do mercado de carbono. Há também outras iniciativas que se travestem de termos amigáveis. Um exemplo é a ‘bioeconomia’, idealizada pelo governo do Pará e seu parceiro TNC, uma ONG conservacionista dos EUA. Apesar da propaganda desses atores, as populações que a têm experimentado na prática não notam diferença entre a bioeconomia e a ‘velha economia’ que tem devastado a Amazônia, perseguindo e massacrando suas populações.

Um exemplo recente: em 5 de novembro, membros do Povo Turiwara-Tembê do Alto Acará, a 150 km de Belém, foram violentamente expulsos pela polícia de uma retomada de seu território tradicional. A polícia cumpria ordens de um juiz estadual do Pará que acatou o interesse da empresa de dendê e da 'bioeconomia', Agropalma, que alegava que os indígenas haviam 'invadido' suas terras (11). Sobre o território tradicional dos Turiwara-Tembê e a floresta que nele resta, a Agropalma, em parceria com a empresa Biofílica, impôs desde 2021 um projeto REDD+. Esse projeto considera o Povo Turiwara-Tembê – e não a Agropalma - como causa do desmatamento, culpando os povos indígenas por um problema que não foi causado por eles. Em sua macabra política de 'conservação' e opressão, a Agropalma tem contado com outras ONGs 'parceiras', como a Conservação Internacional dos EUA, e a Earthworm Foundation. (12)

Outra batalha trava o povo Ka'apor, a 350 km de Belém, buscando defender seu território e a floresta contra a invasão da maior empresa privada de projetos REDD do mundo, a Wildlife Works. Essa empresa começou a implantar um projeto REDD com a concordância de apenas uma associação que não representa todo o povo e território Ka'apor. Por isso, em 30 de outubro, os Ka'apor através da sua organização política representativa Tuxa Ta Pame entraram com uma ação judicial contra a Wildlife Works, denunciando uma série de ilegalidades e abusos perpetradas por essa empresa entre os Ka'apor, e pedindo a imediata retirada dela território. (13)

Enquanto os programas de carbono espalham confusão, divisão, violência e perseguição entre comunidades que dependem da floresta, eles não impedem o avanço do setor do agronegócio, beneficiando direta e indiretamente as corporações que controlam esse setor, em sua maioria internacionais. O Walmart, por exemplo, lançou no Mato Grosso, estado devastado pelo avanço do agronegócio, nova iniciativa, baseada em créditos de carbono, de incentivos de recuperação e manutenção das florestas, algo que em tese já seria uma obrigação do setor. (14)

Sendo assim, ao desviar a atenção das reais causas do desmatamento e da realidade pela qual passam as comunidades na Amazônia, o mercado de carbono na floresta – e também as COPs, ao validarem-no – acaba sendo uma causa subjacente de desmatamento. Somado ao interesse do agronegócio em expandir-se sobre a Amazônia e à falta de orçamento do Estado para combater os incêndios, o resultado é evidente: mais fogo e destruição das florestas.

(1) [https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/queimadas/situacao-atual/situacao\\_atual/](https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/queimadas/situacao-atual/situacao_atual/) dados de 01/01/2024 até 18/11/2024

(2) <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/fogo-destroi-mais-da-metade-da-terra-indigena-anambe-pa-e-mpf-questiona-orgaos-sobre-medidas-adotadas>

(3) <https://agroefogo.org.br/blog/2024/10/09/nota-publica-queimadas-nos-territorios/>

(4) <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/agro-e-fogo-grilagens-desmatamento-e-incendios-na-amazonia-cerrado-e-pantanal>

(5) <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/povos-tradicionais-cobram-consulta-previa-sobre-contrato-bilionario-de-creditos-de-carbono-no-para/24072>

(6) <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202411/cop29-comeca-no-azerbajao-com-acordo-sobre-mercado-de-carbono-global>

(7) <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/15-anos-de-REDD>

## Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

- (8) <https://www.globalwitness.org/en/press-releases/fossil-fuel-lobbyists-eclipse-delegations-most-climate-vulnerable-nations-cop29-climate-talks/>
- (9) <https://monitor.en.amazonialivredepetroleo.org/>
- (10) <https://agencia.petrobras.com.br/w/sustentabilidade/petrobras-e-bndes-fazem-nova-parceria-para-restauracao-ecologica-na-amazonia>
- (11) [https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/11/05/pms-e-indigenas-entram-em-conflito-em-acao-de-retirada-de-comunidade-de-fazenda-controlada-por-empresa-de-oleo-de-palma-no-para.ghtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=share-bar-mobile&utm\\_campaign=materias](https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/11/05/pms-e-indigenas-entram-em-conflito-em-acao-de-retirada-de-comunidade-de-fazenda-controlada-por-empresa-de-oleo-de-palma-no-para.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-mobile&utm_campaign=materias)
- (12) <http://novacartografiasocial.com.br/lancamento-do-dossie-indigenas-turiwara-tembe-no-alto-rio-acara-conflitos-eticos-e-territoriais/>
- (13) Petição dos Ka'apor protocolado na Justiça Federal no estado de Maranhão  
[https://www.wrm.org.uy/sites/default/files/2024-12/Kaapor\\_Wildlife\\_Works.pdf](https://www.wrm.org.uy/sites/default/files/2024-12/Kaapor_Wildlife_Works.pdf)
- (14) <https://www.qcintel.com/carbon/article/brazilian-state-partners-with-walmart-ngo-to-advance-jredd-31586.html>

## **A apropriação corporativa da luta das mulheres: Maquiagem lilás na atuação das grandes ONGs**

**São cada vez mais comuns iniciativas de ONGs e empresas voltadas para a "questão de gênero" que distorcem e despolitizam a luta feminista. Os vários exemplos de "maquiagem lilás" não enfrentam as causas estruturais da opressão sobre as mulheres, perpetuando desigualdades sistêmicas dentro do sistema capitalista.**

Cada vez mais mulheres se identificam como feministas ao redor do mundo. O crescimento do feminismo nos últimos anos veio acompanhado de uma captura do movimento por parte do capitalismo. Neste sentido, cresceu o número de empresas e organizações transnacionais como The Nature Conservancy (TNC), Conservation International (CI) e World Wide Fund for Nature (WWF), que incorporam em sua atuação os discursos do “empoderamento” individual das mulheres e da diversidade sexual.

É cada vez mais comum que estas organizações se coloquem como as responsáveis por melhorar as condições de vida das mulheres, dando a elas mais oportunidades e visibilidade. Vinculam, assim, a liberdade das mulheres ao fato delas ocuparem posições de poder na lógica capitalista. O feminismo popular parte do pressuposto de que a emancipação das mulheres jamais será completa em uma sociedade em que o trabalho da maior parte da população é apropriado por uma minoria capitalista; territórios de uso coletivo são apropriados por interesses privados; e grande parte da população é estruturalmente explorada. Por isso, o feminismo precisa ser anticapitalista, antirracista e anticolonial para realmente servir como ferramenta de emancipação das mulheres. Acreditamos no feminismo que aposta na auto-organização popular e constrói alianças com outros sujeitos em luta, caminhando juntos para um horizonte de transformação.

O capitalismo “colorido” das empresas e ONGs transnacionais, por outro lado, não dá reais respostas ao problema da exploração das mulheres e dos povos ao redor do mundo, e apenas continua expandindo a exploração do trabalho e a incorporação da natureza no seu processo de acumulação. Aumentam seus lucros, inclusive, com base na exploração do trabalho feminino sem direitos. Esse processo de apropriação do feminismo é conhecido como “maquiagem lilás”: uma estratégia de apropriação das lutas que serve para melhorar a imagem das empresas para o grande público, ao mesmo tempo que impulsiona um processo de mercantilização e neutralização da crítica feminista ao sistema.

Este “neoliberalismo multicultural com ‘face humana’” é um tipo de estratégia onde os Estados e agências internacionais incorporaram organizações feministas profissionalizadas para integrar a dimensão de gênero em seus programas (1). Deste processo saem, por exemplo, as “políticas de igualdade de gênero”, documentos que todas as grandes organizações conservacionistas possuem, cheios de boa intenção, mas vazios de compromisso político real. É uma forma sagaz de despolitizar os conflitos e reduzir a crítica ao capitalismo patriarcal a um questionamento ao “machismo” presente nos comportamentos individuais nas organizações, tirando o caráter

sistêmico da opressão (2). Nessa lógica, a (falsa) solução para a desigualdade de gênero está no mercado, por seus projetos “sociais”. Ou seja, os investimentos em “programas de gênero” têm, ao fim e ao cabo, como sempre, o intuito de atuar positivamente no lucro das empresas através da limpeza de sua imagem (3).

Um exemplo é a petroleira Chevron, uma das maiores violadoras de direitos dos povos indígenas ao redor do mundo, estabeleceu parceria com um fundo feminista no Brasil, o fundo ELAS, para o desenvolvimento de projetos de empreendedorismo econômico com mulheres de comunidades locais (4). Essa dinâmica de financiamento corporativo das ações feministas é uma armadilha. São estratégias que fortalecem dois tipos de discursos que são enganosos. Um é o de que não existe alternativa fora da lógica empresarial, e que atuar estrategicamente nestas parcerias poderia mudar o comportamento das empresas. Outro argumento é o de que é melhor que as empresas invistam nas mulheres do que continuar seguindo a mesma lógica de ter apenas lideranças masculinas. São raciocínios que guardam alguma esperança em relação a atuação das empresas e grandes organizações transnacionais. As violações sistemáticas de direitos das comunidades ao redor do mundo não nos deixam esquecer, no entanto, que não existe espaço para ingenuidade em relação a atuação destes atores. O objetivo de ampliar a autonomia das mulheres e das comunidades sobre seus corpos-territórios é sempre incompatível com a lógica intrínseca a qualquer corporação capitalista, isto é, a de buscar continuamente a ampliação do seu controle sobre os ‘recursos naturais’ e sobre o trabalho alheio.

### **As “políticas de gênero” das grandes ONGs**

Já falamos em boletins anteriores do WRM sobre como as grandes ONGs conservacionistas se comportam, na prática, como empresas (5). Não é diferente no caso da maquiagem lilás. Assim como as empresas transnacionais, as grandes organizações não governamentais têm apostado cada vez mais em vender uma imagem feminista para o mundo.

Essa tendência pode ser vista nas grandes ONGs da área de conservação, como The Nature Conservancy (TNC), Conservation International (CI) e World Wide Fund for Nature (WWF). Também acontece em organizações menores, como é o caso de Solidaridad .

Todas estas organizações têm suas próprias “políticas de gênero”, documentos onde registram seus supostos compromissos com a igualdade entre homens e mulheres. Conservation International, por exemplo, afirma que constrói a igualdade de gênero direcionando os benefícios dos projetos igualmente para homens e mulheres, aumentando o acesso e controle das mulheres aos recursos e promovendo mulheres a papéis de lideranças. Um dos estudos da organização, sobre uma área protegida nas Filipinas, afirma que “as iniciativas de conservação não se dedicam suficientemente à garantia dos direitos das mulheres de participar e se beneficiar de programas, políticas e projetos de conservação”. (6) A organização também criou um programa de apoio a lideranças mulheres indígenas de países da Amazônia, com o intuito de “promover as ideias e ações das mulheres indígenas para conservar a Amazônia e manter a estabilidade climática.” (7)

No entanto, quando analisamos as ações de Conservation International nos territórios, vemos que sua conduta não vai no sentido de fortalecer as comunidades respeitando suas práticas e saberes. A organização já foi acusada pela Associação de Povos Ameríndios (APA) de desrespeitar os direitos territoriais com os povos indígenas da Guiana, por estar envolvida na criação de uma área sob proteção no sul do país sem consultar os povos da região. (8) Um caso mais recente, no Peru, mostra que um projeto liderado pela Conservation International é propagandeado com um caso de sucesso, mas acarretou despejos forçados, perda de meios de subsistência, destruição de cerca de dezenas de casas (a maioria em pleno dia das mães) e outros impactos sobre comunidades. (9) Como seria possível apoiar as organizações locais de mulheres e ter uma ação “feminista” sem nem mesmo respeitar a autodeterminação dos povos sobre seu território?

Para dar outro exemplo, a The Nature Conservancy lançou sua iniciativa “Mulheres no Clima”, que pretende reunir lideranças femininas nos esforços contra as mudanças climáticas. (10) A página da iniciativa começa com um discurso sobre a importância da participação política das mulheres e a inserção de mulheres de todas as orientações sexuais, afirmando uma postura “feminista”. No entanto, quando chegamos ao plano estratégico do programa, vemos que a perspectiva é de fazer negócios como sempre: se baseia nas metas da Agenda 2030 – um grande fracasso do sistema ONU (11) – e reforça a importância das ditas soluções baseadas na natureza, o novo nome para a mercantilização e financeirização da natureza e dos bens comuns. (12)

A atuação das ONGs pode ainda ir no sentido de fazer uma maquiagem lilás sobre o agronegócio. É o caso por exemplo de um projeto da ONG Solidaridad, de origem holandesa, que atua para garantir a rastreabilidade e a produção de baixo carbono da soja no Brasil. Além disso, se preocupa em garantir a “participação feminina” no agronegócio.

Uma das iniciativas que a ONG apoia é a produção da Fazenda Laruna, comandada pela produtora rural Cláudia Liciane Sulzbach, localizada em Balsas, no Maranhão. A Fazenda Laruna conta uma área de produção de 1.100 hectares dedicados ao cultivo de grãos: soja, milho e feijão. Em entrevista, a produtora reforça que tem uma grande preocupação com “boas práticas” de produção, certificação socioambiental e com a afirmação da “força da mulher no agro”. É um exemplo muito elucidativo da junção da “maquiagem verde” do agronegócio com a “maquiagem lilás”, que supostamente promove o “empoderamento das mulheres”. Não é um tipo de iniciativa isolada, considerando que há no Brasil anualmente o evento “Congresso Nacional das Mulheres do Agro” onde empreendedoras como Cláudia ganham destaque contando suas histórias.

Na prática, sabemos que a produção de soja é um dos principais causadores de conflitos socioambientais no Maranhão, e que a produção de “soja sustentável” e de baixo carbono não passa de um conto de fadas. (13) Este tipo de agricultura “climaticamente inteligente” perpetua as mesmas injustiças que o agronegócio “clássico”, mantendo a distribuição injusta de terras no Brasil, as desigualdades socioeconômicas e o poder das empresas transnacionais.

As experiências das mulheres de “sucesso” do agronegócio são grandes exceções e não tem nada a ver com a experiência dos milhões de mulheres camponesas, trabalhadoras do campo, em sua

maioria negras, que não tem acesso à terra e lutam incessantemente pelo seu direito à terra e contra as monoculturas de soja do agronegócio. (14)

Enquanto as ditas “mulheres de sucesso” se promovem em cima destas iniciativas, a esmagadora maioria das mulheres continuam sofrendo os impactos da destruição da natureza e da exploração do trabalho nos territórios. Ou, como coloca Tica Moreno, as ações das empresas “se dirigem a furar o “teto de vidro”, enquanto a grande maioria das mulheres é cada vez mais presa em pisos pegajosos, que mais parecem areias movediças” (15).

### **Natália Lobo – Sempre Viva Organização Feminista (SOF)**

- (1) ALVAREZ, Sonia. Neoliberalismos e as trajetórias do feminismo latino-americano. In: MORENO, Renata (Org.). Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF, 2014.
- (2) FARIA, Nalu.—. Desafios feministas frente à ofensiva neoliberal. Caderno Sempre Viva. São Paulo: SOF, 2019.
- (3) MILLER, Julia; ARUTYUNOVA, Angelika; CLARK, Cindy. Actores nuevos, dinero nuevo, diálogos nuevos – un mapeo de las iniciativas recientes para las mujeres y las niñas. Toronto, Awid, 2013.
- (4) Idem
- (5) <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/alem-das-florestas-ongs-conservacionistas-se-transformam-em-empresas>
- (6) [https://www.conservation.org/docs/default-source/publication-pdfs/tabangay-westerman---policy-matters-issue-20.pdf?sfvrsn=1c03f4f4\\_3](https://www.conservation.org/docs/default-source/publication-pdfs/tabangay-westerman---policy-matters-issue-20.pdf?sfvrsn=1c03f4f4_3)
- (7) <https://www.conservation.org/about/fellowships/women-fellowship-opportunity-for-indigenous-women-leaders-in-environmental-solutions-in-the-amazon>
- (8) <https://www.wrm.org.uy/pt/node/13339>
- (9) <https://www.theguardian.com/environment/2023/jan/18/forest-communities-alto-mayo-peru-carbon-offsetting-aoe>
- (10) <https://www.nature.org/en-us/what-we-do/our-priorities/tackle-climate-change/climate-change-stories/women-on-climate/>
- (11) <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/a-agenda-das-grandes-ongs-de-conservacao-em-tempos-de-crise>
- (12) <https://www.wrm.org.uy/pt/declaracoes/declaracao-nao-as-solucoes-baseadas-na-natureza>
- (13) <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/06/soja-sustentavel-avanca-no-maranhao-para-pesquisadores-conceito-e-conto-de-fadas>
- (14) <https://www.miqcb.org/post/empres%C3%A1rios-da-soja-usam-corrent%C3%A3o-para-desmatar-territ%C3%B3rio-quilombola-no-cerrado-maranhense>
- (15) MORENO, Tica. Armadilhas do poder corporativo: maquiagem lilás e mercantilização das lutas. In: MORENO, Renata (org.). Crítica feminista ao poder corporativo. São Paulo: Sof Sempre Viva Organização Feminista, 2020. p. 130-154. <https://www.sof.org.br/critica-feminista-poder-corporativo/>

## Como o REDD jurisdicional ameaça florestas e beneficia ONGs na Indonésia: o caso de Kalimantan Oriental

**Na província de Kalimantan Oriental, o Banco Mundial está apoiando o primeiro programa de REDD jurisdicional do governo indonésio, e as ONGs conservacionistas internacionais TNC e WWF cumprem um papel fundamental na preparação e na execução. Embora proclamem que é uma “história de sucesso” (1), o programa está cheio de contradições.**

**Grandes ONGs conservacionistas cumprem um papel importante na transformação do REDD em política florestal dominante em todo o mundo.** Esse mecanismo foi introduzido em 2007, e a primeira onda de projetos e programas de REDD foi implementada de 2008 a 2013. Entre os promotores dos projetos de REDD estavam essas grandes ONGs, que se beneficiam do recebimento de milhões em verba de subsídios para “pilotos” e “capacitação”, bem como da venda de créditos no mercado de carbono.

Evidências surgidas nas últimas duas décadas confirmaram os primeiros alertas sobre a compensação de carbono em geral e o REDD em particular. **Projetos de REDD fracassaram completamente** em seu objetivo de reduzir o desmatamento e, portanto, mitigar as mudanças climáticas (2). Mesmo assim, uma segunda onda, ainda maior, de projetos e programas de carbono florestal está em andamento desde 2020, quando o Acordo de Paris entrou em vigor.

**Programas de REDD subnacionais e nacionais têm recebido menos atenção do que projetos privados. Os primeiros são chamados de “REDD jurisdicional” ou “REDD governamental” e cobrem uma província ou um país como um todo. A Parceria para o Carbono Florestal (Forest Carbon Partnership Facility, FCPF) do Banco Mundial é um dos principais atores a promover o REDD jurisdicional.** Seu objetivo é ajudar os países do Sul global a se preparar para receber pagamentos de REDD de um Fundo de Prontidão, e depois recompensá-los pela redução do desmatamento com os chamados “pagamentos baseados em resultados”, através de um Fundo de Carbono.

Desde que foi lançada, em 2008, a FCPF tem lutado para desembolsar verbas e mostrar resultados. **Além disso, em lugares onde a Parceria já entregou dinheiro, surgiram muitos problemas.** Na República Democrática do Congo, por exemplo, a FCPF apoiou o Programa PIREDD/Plateaux REDD+, na província de Mai-Ndombe. Administrado pelo WWF, esse programa restringiu o uso da terra pelas comunidades e causou conflitos (3). Também surgiram problemas em outro programa de REDD jurisdicional na província de Zambézia, em Moçambique, onde a FCPF fracassou completamente em seu principal objetivo: interromper o desmatamento (4).

**Mesmo assim, grandes ONGs conservacionistas, como a TNC, se referem à FCPF como um “sucesso” (5), principalmente em função do papel fundamental que elas cumprem nesses programas.** É o caso do REDD Jurisdicional de Kalimantan Oriental, apoiado pelo FCPF, que é o

foco deste artigo. Esse programa foi aprovado pelo Banco Mundial em 2019 e executado entre aquele ano e 2024. Ele abrange toda a província de Kalimantan Oriental, na Indonésia. Para esclarecimento, quando este artigo mencionar “documentação do programa”, estará se referindo ao REDD jurisdicional de Kalimantan Oriental (6).

## **O papel de destaque das ONGs representa um conflito de interesses**

De acordo com a documentação do programa, o governo indonésio pretendia inicialmente implementar o programa de REDD jurisdicional da FCPF em sete distritos, localizados em quatro províncias do país, onde há desmatamento generalizado: Jambi, Sulawesi Central, Kalimantan Central e Kalimantan Oriental. Dois desses sete distritos – Berau e Kutai Ocidental – estão localizados em Kalimantan Oriental.

Desde 2008, a TNC e o WWF estão envolvidos em atividades relacionadas ao REDD em Berau e Kutai Ocidental. A documentação do programa afirma que ambas as ONGs cumprem um “papel fundamental” como “parceiras de implementação”, sustentando que a experiência dessas duas organizações oferece “oportunidades” para um programa maior no futuro. O Programa de Carbono Florestal de Berau, criado pela TNC, é conhecido como “o primeiro programa de REDD+ na Indonésia a abranger uma jurisdição política inteira”, o que permite “gerar lições para programas nacionais de REDD+”.

A documentação do programa também afirma que um critério importante para receber financiamento da FCPF é haver outros doadores. Enquanto os outros distritos (que faziam parte da proposta original) não conseguiram levantar esses fundos extras, a TNC garantiu 50 milhões de dólares para Berau, ao mesmo tempo em que o WWF e seus parceiros garantiam “até 82,5 milhões” para Kutai Ocidental (7).

**Não houve explicação para a decisão de canalizar todo o financiamento da FCPF – 110 milhões de dólares – para Kalimantan Oriental e não para as outras províncias. Mas fica uma forte impressão de que tanto a TNC quanto o WWF exerceram influência significativa, revelando os conflitos de interesse que estão em jogo.** Por exemplo, ambas as ONGs prepararam o terreno com suas atividades em Berau e Kutai Ocidental; a TNC foi um dos membros fundadores e primeiros doadores da FCPF e desenvolveu a ideia em conjunto com o Banco Mundial (8); o WWF participou da elaboração da documentação do programa, que deveria ter sido responsabilidade do governo indonésio (9). Outros exemplos de como essas ONGs exerceram influência revelam os profundos conflitos de interesse (10).

Em novembro de 2022, o governo indonésio recebeu o primeiro pagamento adiantado do Banco Mundial, de 20,9 milhões de dólares, equivalente a 320 bilhões de rúpias indonésias (11). De acordo com uma carta do governo da província sobre a distribuição do dinheiro, **as “instituições intermediárias” (ONGs, ou lembaga perantara, em indonésio) receberão até 3.190.914.000 de rúpias na forma dos chamados pagamentos por Desempenho e 19.502.000.000 de rúpias como pagamentos por Recompensa. Esses pagamentos somam 22.692.914.000 de rúpias, ou 1,482 milhão de dólares – cerca de 7% do desembolso inicial total de 20,9 milhões de dólares.** Um

terço desse dinheiro corresponde a “taxas de administração” e dois terços, a custos de “programa/atividades” (12). Se levarmos em conta o valor total aprovado de 110 milhões de dólares, com base nessa porcentagem, as ONGs podem receber até 7,6 milhões de dólares em financiamento da FCPF.

## **Um programa cheio de contradições**

### ***Foco em quem não causa desmatamento:***

A documentação do programa afirma que o REDD jurisdicional em Kalimantan Oriental é “concebido para enfrentar as causas do desmatamento” e identifica plantações industriais de dendê (51%), extração de madeira (22%) e mineração (10%) como as três principais. No entanto, como, no projeto-piloto da TNC em Berau, a maior parte do **orçamento do Programa (53,2%) visa “proporcionar oportunidades alternativas de subsistência” a comunidades rurais, incluindo indígenas. O objetivo é “enfrentar o desmatamento ligado à invasão de terras e à agricultura”** [excluído o dendê], em vez das principais causas do desmatamento: dendê, extração de madeira e mineração.

O foco declarado do programa em “oportunidades alternativas de subsistência” não parece se refletir na realidade no local. Três comunidades no distrito de Kutai Ocidental, visitadas pelo WRM, JATAM Kaltim e Instituto NUGAL em setembro de 2024, reclamaram, por meio de seus representantes no governo local, que **o dinheiro prometido para um projeto apresentado à coordenação do programa – e aprovado – ainda não havia chegado**. Isso aconteceu quase dois anos após o governo indonésio receber seu primeiro pagamento do Banco Mundial. Segundo os moradores, cada aldeia deveria receber 201,64 milhões de rúpias, ou cerca de 12.938 dólares, também citados na carta do governo provincial, mencionada anteriormente (13).

Membros do governo local fizeram várias outras reclamações. Uma delas diz respeito à forma como **pessoas da equipe do programa de REDD foram até a comunidade para fazer perguntas e pilotar um drone, sem explicar seu objetivo nem compartilhar o resultado de sua pesquisa**. Representantes locais também questionaram por que cada comunidade em Kutai Ocidental está recebendo a mesma quantidade de dinheiro, embora a menor aldeia tenha uma área de 815 hectares, enquanto a maior cobre 56.957 hectares. Isso deve se traduzir em custos diferenciados quando se trata de monitoramento florestal. No entanto, o tamanho parece ser irrelevante para a coordenação do programa, que decidiu que todas as 82 aldeias incluídas no programa de REDD em Kutai Ocidental receberão exatamente a mesma quantia. A comunidade também reclamou que não foi informada, nem consultada, sobre o programa ou sobre o que realmente é o REDD. Apenas o líder foi convidado para uma reunião de compartilhamento de informações, que ocorreu fora do território da aldeia.

Uma das reclamações dos representantes locais se destaca. Embora o Banco Mundial declare na documentação que “as comunidades poderão selecionar os benefícios que preferem acessar, o que refletirá suas prioridades”, a proposta de duas aldeias foi rejeitada. Elas solicitavam a compra de um carro para patrulhar sua área florestal, o que consideravam uma prioridade. O argumento

para a rejeição foi de que carros não são permitidos porque contribuem para o aquecimento global. Esta é uma resposta bastante hipócrita, para dizer o mínimo, em um programa construído sobre a lógica de gerar créditos de carbono para que as indústrias poluidoras responsáveis pelo caos climático possam continuar destruindo o clima. Enquanto isso, **o programa de REDD penaliza comunidades que não são responsáveis pela crise climática.**

### ***Programa ignora uma das principais causas do desmatamento: a mineração***

Em 2020, existem 1.434 licenças de mineração que cobrem mais de 5 milhões de hectares, ou 41% do território da província (14). As mineradoras, em sua maioria empresas de carvão, são algumas das maiores impulsionadoras do desmatamento e de outras violações sociais e ambientais em Kalimantan Oriental. Na documentação do programa, o Banco Mundial expressa preocupação com o fato de o governador dessa província indonésia, que assumiu o cargo em 2009, “ter feito sua campanha com base em uma plataforma de apoio às indústrias de mineração”.

**No entanto, “as empresas de mineração não estão incluídas” no programa de REDD.** Elas “não implementarão nenhuma atividade de RE [redução de emissões]”, e uma nota de rodapé na documentação do programa justifica a exclusão da mineração por uma decisão tomada pelo governador em 2018, que “suspende novas licenças para mineração de carvão e acrescenta outras exigências para empresas que desejem ampliar as licenças que já têm”.

Em primeiro lugar, o argumento de que não será concedida nenhuma nova licença para mineração simplesmente não é verdadeiro. Por exemplo, a **PT Adaro Energy, a segunda maior empresa de carvão da Indonésia, recebeu uma nova concessão em 2024** (15). Além disso, a decisão tomada pelo governador em 2018 pouco faz para evitar o desmatamento nas concessões anteriores a 2018, mas ainda em desenvolvimento. O que é pior, **ignorar o setor de mineração também subestima o fenômeno generalizado da mineração ilegal em Kalimantan Oriental**, que está causando ainda mais destruição e gerando mais riscos do que a destruição legalizada.

### ***Megaprojeto da nova capital da Indonésia: um tipo de desmatamento “administrável”, segundo o Banco Mundial***

Outra grande contradição é exemplificada pela **construção da nova capital da Indonésia (IKN), um megaprojeto lançado em 2020 em Kalimantan Oriental. Embora admita que o projeto “provavelmente afetará as emissões na província” devido ao desmatamento, o Banco Mundial também afirma que os impactos da IKN “parecem ser administráveis”, argumentando que ele tem o “potencial” de tornar a área “mais verde” e “reflorestá-la**”. O projeto da IKN, de 30 bilhões de dólares, foi promovido especificamente pelo ex-presidente Jokowi, que quer fazer dele seu principal legado.

**O fato de o Banco Mundial considerá-lo “administrável” mostra a completa ignorância dessa instituição multilateral com relação à escala desse megaprojeto (que aumentou de 180 mil para 256 mil hectares após seu lançamento, em 2020) e às violações sociais e ambientais cometidas**

**contra o povo indígena Balik**, cujo território coincide, em parte, com a área das obras. Além disso, haverá outros **impactos indiretos e mais devastadores relacionados à construção da nova capital, que o Banco Mundial está ignorando** (16).

### ***Um programa que alega dar “resultados” mesmo com o aumento do desmatamento***

Para estabelecer uma meta de redução do desmatamento, os programas de REDD jurisdicional definem antes um período de referência (linha de base), ou seja, alguns anos durante os quais se calcula o índice médio anual de desmatamento e degradação florestal. No caso do programa de REDD apoiado pelo Banco Mundial em Kalimantan Oriental, a linha de base é de 2007 a 2016. Nesse período, foram perdidos 700.800 hectares de cobertura florestal ou cerca de 5,5% de toda a província. O próximo passo é definir uma meta de redução de emissões para o período do programa (2019-2024) com base no índice médio de desmatamento do período de referência. No caso do programa de REDD de Kalimantan Oriental, a meta de redução de emissões definida é de 27%. **Esse modus operandi levanta pelo menos duas questões: qual é o argumento para escolha de um período de referência e não outro? E quem faz essas escolhas?**

Na documentação do programa, a primeira referência escolhida foi 2006-2015. No entanto, no documento final do projeto, de 2019, esse período foi alterado para 2007-2016. **Essa alteração aparentemente pequena representou uma mudança importante, porque o novo período de referência incluiu 2016, quando houve um pico na perda florestal na Indonésia e em Kalimantan Oriental.** Grandes incêndios florestais atingiram o país em 2015, mas só foram totalmente contabilizados nas cifras de 2016, devido à falta de dados de imagem sobre a destruição de 2015 (veja o gráfico 1 abaixo).

## Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

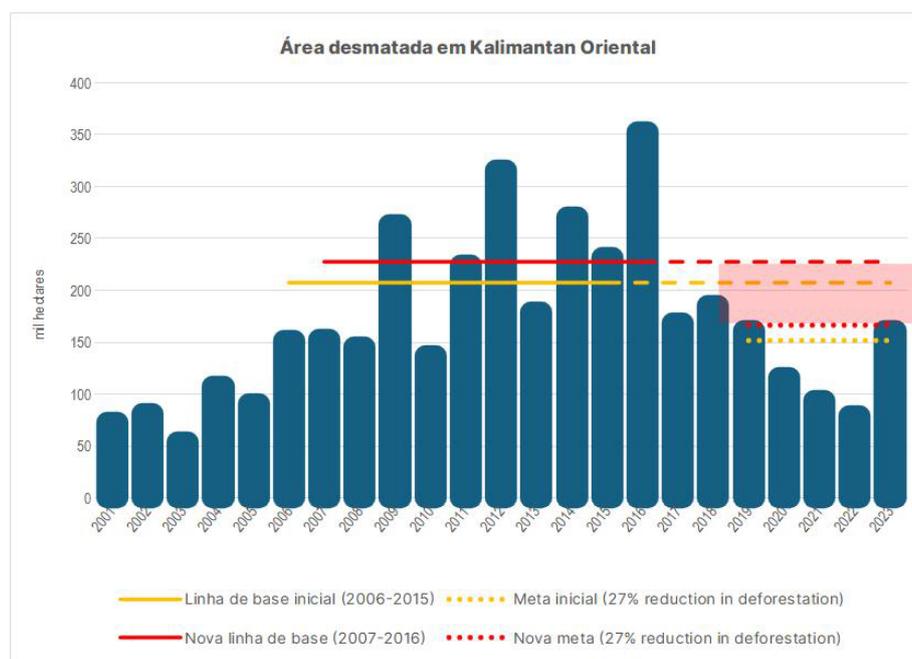


Gráfico 1: Perda de cobertura florestal em Kalimantan Oriental em 2001-2023. Em laranja, o nível de referência, o período em que o programa de REDD jurisdicional de Kalimantan Oriental definiu sua linha de base, comparado com a estimativa de redução de emissões ou o nível de redução de desmatamento durante o período do programa (2019-2024). (Números da Global Forest Watch)

**Embora os desenvolvedores desse programa de REDD não tenham apresentado nenhuma justificativa para alterar a linha de base, é óbvio que a nova referência torna mais fácil atingir “resultados”.** Além disso, o desmatamento diminuiu em Kalimantan Oriental nos anos após 2016, devido às políticas estatais de reação aos incêndios florestais de 2015, que causaram graves impactos. De acordo com a documentação do programa de REDD, isso se deveu a uma moratória nacional sobre o desmatamento de florestas primárias para plantações e extração de madeira.

Outra consequência do período de referência “generoso” é que, **embora o desmatamento tenha aumentado em Kalimantan Oriental, quase dobrando – de 79.200 hectares em 2022 para 161 mil em 2023 – o governo da província ainda pode alegar que atingiu “resultados”, como mostra o gráfico acima.** Esse aumento do desmatamento foi decorrente da expansão das plantações de dendezeiros, entre outras atividades. (17)

**Quem define o período de referência e as metas do programa são os mesmos atores que mais interesse têm em garantir “resultados” e, conseqüentemente, os pagamentos que o programa lhes fará. Entre esses atores estão o Banco Mundial, o governo de Kalimantan Oriental, a TNC e o WWF.**

### ***O REDD jurisdicional também promove o comércio de carbono***

Organizações ambientais e sociais tendem a ser muito mais críticas aos projetos privados de REDD do que aos programas de REDD jurisdicionais, também na Indonésia (18). Provavelmente, uma das

razões para isso é a percepção equivocada de que os programas jurisdicionais não envolvem comércio de carbono, o que é a principal crítica aos projetos privados de REDD. No entanto, **a lógica dos programas jurisdicionais tem o mesmo foco no carbono, na contabilidade de carbono e no comércio de carbono de qualquer outro projeto desse tipo. E, assim como outros, esses programas também usam a mesma manipulação na qual os próprios proponentes do projeto definem cenários de referência e “resultados”.**

No caso da FCPF, a maior parte do dinheiro veio de governos, como Noruega, Alemanha e Reino Unido. Mas desde o início desse projeto, também tem havido verbas de entidades privadas, como a TNC e a petroleira BP, que esperam receber créditos de carbono em troca (19).

Nos últimos anos, o comércio de carbono parece cumprir um papel cada vez maior no funcionamento da FCPF, que tem trabalhado com o CORSIA, o mecanismo de compensação do setor de aviação, desde 2018. De acordo com o Banco Mundial, esse mecanismo “deve compensar mais de 2 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub>”. Em 2023, a FCPF se tornou elegível para fornecer créditos de carbono ao CORSIA e, no final do ano, começou a oferecê-los para a venda no mercado de carbono (20). Na última atualização no site do Banco Mundial, **o programa de Kalimantan Oriental com a FCPF é classificado como “elegível para o CORSIA”, ou seja, possibilitará à indústria da aviação crescer, ao mesmo tempo em que alega não estar prejudicando o clima.**

## Considerações finais

Este artigo aponta uma série de contradições no programa de REDD jurisdicional em Kalimantan Oriental, com base no pressuposto equivocado de que o **REDD, na verdade, reduz o desmatamento. O REDD não interrompe o desmatamento, e sim cria mais oportunidades de negócios para indústrias extrativas e ONGs conservacionistas voltadas a atividades empresariais, como a TNC e o WWF – tudo isso enquanto aumenta as ameaças a florestas e comunidades que dependem delas.**

Trabalhando com base nesse pressuposto, o que está escrito na maior parte da documentação do programa passa a fazer muito mais sentido. Por exemplo, o **Banco Mundial descreve Kalimantan Oriental como uma província “rica em recursos naturais, como madeira, petróleo, gás e solos produtivos”. Por esse prisma, faz todo o sentido excluir o setor de mineração do programa e** minimizar as principais causas do desmatamento – exploração de madeira e óleo de dendê – promovendo mecanismos de certificação que só fizeram ajudar a expandir essas monoculturas destrutivas. (21)

Considerar o REDD como uma política que ameaça as florestas também ajuda a compreender por que há um foco nas atividades de pessoas que não representam ameaça: as comunidades que dependem das florestas. Em Kalimantan Oriental, o Banco Mundial as descreve como “pobres”, em contraste com os “ricos” recursos naturais. As pessoas do campo, como as comunidades Dayak, são especialmente pobres, afirma o Banco Mundial. **E a FCPF está criando novas ameaças para seus meios de subsistência. Com ONGs como TNC e WWF envolvidas na condição de “parceiras implementadoras”, o foco está em criar mais áreas protegidas sem pessoas,**

**independentemente do fato de que o Banco Mundial e seu programa de REDD que beneficia empresas não impedem a ameaça de mais mineração, exploração de madeira e expansão do dendê.**

Para dar uma ideia do que realmente se pode esperar do programa de REDD em Kalimantan Oriental, vamos citar novamente a documentação do programa, desta vez um trecho de rara clareza em meio à visão turva do Banco Mundial: “A expansão da agricultura, da exploração de madeira, da mineração, da urbanização e do desenvolvimento habitacional resultou não apenas em aumento da conversão de terras, mas também em degradação florestal, reduzindo os benefícios ambientais que agravam ainda mais a pobreza”.

**Instituto NUGAL, JATAM Kaltim e Secretariado Internacional do WRM**

*Por razões de segurança, os nomes das pessoas que deram seus depoimentos para este artigo, bem como suas comunidades, são preservados.*

(1) Ver, por exemplo, [https://www.ykan.or.id/content/dam/tnc/nature/en/documents/ykan/laporan-kuartal-dan-tahunan-ykan/YKAN-Annual-Report\\_EN\\_.pdf](https://www.ykan.or.id/content/dam/tnc/nature/en/documents/ykan/laporan-kuartal-dan-tahunan-ykan/YKAN-Annual-Report_EN_.pdf) e <https://www.undp.org/indonesia/press-releases/south-south-exchange-sse-2024-indonesia-leads-example-redd-knowledge-exchange>

(2) São cada vez mais comuns as notícias sobre “créditos falsos” e práticas fraudulentas (<https://www.source-material.org/vercompanies-carbon-offsetting-claims-inflated-methodologies-flawed/>). Além disso, os projetos impuseram restrições à vida de comunidades que dependem das florestas e que já cuidavam delas. (<https://www.wrm.org.uy/publications/15-years-of-redd>)

(3) <https://www.wrm.org.uy/15-years-of-redd-PIREDD-Plateaux-REDD-Project-DRC-Conflicts-Complaint-Mechanism>

(4) <https://reddmonitor.substack.com/p/world-bank-funded-zambezia-integration>

(5) [https://www.ykan.or.id/content/dam/tnc/nature/en/documents/ykan/laporan-kuartal-dan-tahunan-ykan/YKAN-Annual-Report\\_EN\\_.pdf](https://www.ykan.or.id/content/dam/tnc/nature/en/documents/ykan/laporan-kuartal-dan-tahunan-ykan/YKAN-Annual-Report_EN_.pdf)

(6) A documentação do programa consiste em: um conjunto confuso de documentos, todos de conteúdo semelhante, incluindo a primeira “proposta de preparação para a prontidão” apresentada à FCPF em 2009 e aprovada em 2011; a primeira versão do programa de REDD jurisdicional da Indonésia, apresentada em 2014 ([https://www.forestcarbonpartnership.org/system/files/documents/Indonesia%20ER-PIN%20September\\_12\\_resubmitted\\_edit\\_final.pdf](https://www.forestcarbonpartnership.org/system/files/documents/Indonesia%20ER-PIN%20September_12_resubmitted_edit_final.pdf)); e a proposta final baseada nessa primeira versão, que trata de Kalimantan Oriental: o Programa de Redução de Emissões Jurisdicionais de Kalimantan Oriental (EK-JERP) (<https://documents1.worldbank.org/curated/en/934171621490185436/text/Indonesia-East-Kalimantan-Project-for-Emission-Reductions-Results.txt>), que foi aprovado em 2019 e cobria toda a província. O EK-JERP afirma que alcançará 22 milhões de toneladas de “reduções verificadas de emissões de CO<sub>2</sub>” de 2019 a 2024. Em troca, o Banco Mundial se comprometeu a pagar até 110 milhões de dólares a um preço fixo de 5 dólares por tonelada de CO<sub>2</sub>, com base em um Plano de Compartilhamento de Benefícios formulado pelos governos da Indonésia e de Kalimantan Oriental (<https://documents1.worldbank.org/curated/en/606071637039648180/pdf/Indonesia-East-Kalimantan-Project-for-Emissions-Reductions-Results-Benefit-Sharing-Plan.pdf>).

(7) A TNC conseguiu arrecadar fundos dos governos da Alemanha (KfW/GIZ/FORCLIME), da Austrália, da Noruega, dos Estados Unidos (um mecanismo de troca de dívida por natureza) e de instituições beneficentes como a Ann Ray Charitable Trust e a Fundação Grantham.

(8) <https://www.forestcarbonpartnership.org/history>

(9) <https://wwf.panda.org/es/?226019/Local-actions-lay-the-groundwork-for-REDD-implementation-in->

Kutai-Barat-Indonesia

(10) Por exemplo, segundo a Documentação do Programa, o Conselho Regional sobre Mudanças Climáticas (Dewan Daerah Perubahan Iklim) é um “parceiro fundamental” na implementação do programa de REDD, acrescentando que ele tem “experiência significativa” em “gestão de financiamento do desenvolvimento por doadores”. O Conselho foi criado em 2011 e inclui apenas representantes de governos, mas poderia contar com “apoio substancial” da TNC ([ver](#)). Possivelmente, um resultado do “apoio substancial” é que o Conselho abriu as portas para a participação de ONGs em 2017, aumentando a influência das ONGs no programa. Outro exemplo é a assinatura de acordos e memorandos de entendimento entre ONGs e o governo da província, como o WWF fez em 2018 em torno da medição de carbono, uma atividade central em qualquer programa de REDD. De acordo com o WWF, é “o primeiro modelo de cooperação online sobre dados para cálculo, [monitoramento e relatórios sobre o carbono na Indonésia](#)”.

(11) <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/11/08/indonesia-receives-first-payment-for-reducing-emissions-in-east-kalimantan>

(12) Provincial Government East Kalimantan, nr. 500-4/15008/EK from 10/10/2023 about “Pembayaran Alokasi Insentif RBP FCPF-CF Untuk Kelompok Masyarakat”.

(13) Ibid

(14) <https://news.mongabay.com/2020/01/indonesia-capital-relocation-borneo-kalimantan-tycoons-coal-mining-pulpwood/>

(15) PT Pari Coal, de propriedade da Adaro International Pte Ltd, PT Mitra Megah Indoprima e PT Alam Tri Abadi. Em 1º de janeiro de 2024, a PT Pari Coal recebeu uma concessão de 24.971 hectares do governo nacional, por 30 anos. O local fica parcialmente na fronteira de Kalimantan Central e Kalimantan Oriental, em Barito do Norte e na regência de Mahakam Ulu. O carvão da Adaro será transportado por uma estrada especial que passa pela aldeia de Geleo Asa, no distrito de Kutai Ocidental; também está sendo construído um porto para facilitar o transporte no Rio Mahakam.

(16) Isso inclui dois projetos de hidrelétricas: uma usina de 1.375 MW, que afetará diretamente os rios Mentarang e Tumbuh, que já está em construção e removeu comunidades parcialmente indígenas; uma barragem de 9.000 MW no rio Kayan, cuja construção ainda não começou. Se concluídos, ambos agravariam ainda mais o caos climático devido aos gases de efeito estufa emitidos pela floresta submersa. Além da nova capital, a energia gerada também abasteceria outro projeto devastador na região, que está impactando outras comunidades: [o Parque Industrial Verde em Kalimantan do Norte](#). Da mesma forma, a área costeira de Sulawesi Ocidental e Sulawesi Central está sendo dragada para extrair rochas que serão usadas como material de construção em vários projetos de infraestrutura da IKN. O que o governo indonésio promete ser uma cidade “inteligente” significa uma cidade movida por transporte elétrico, alimentando a demanda por minerais como o níquel, que tem causado graves violações sociais e ambientais e protestos no leste da Indonésia, [por exemplo, na ilha de Halmahera](#).

(17) A Sawit Watch, que monitora plantações industriais de dendê e sua expansão na Indonésia, observou uma tendência de aumento nos últimos anos. Além disso, a organização discorda dos números oficiais sobre a área de plantações industriais de dendezeiros em Kalimantan Oriental, que o Ministério da Agricultura estima em 1.287 milhões de hectares. A Sawit Watch estima que a área seja de 3 milhões de hectares (Report and Projection, Indonesian Palm Plantation 2023, Sawit Watch, [www.sawitwatch.or.id](http://www.sawitwatch.or.id))

(18)

[https://www.aman.or.id/filemanager/files/surat\\_terbuka\\_perdagangan\\_karbon\\_2023\\_231013\\_120638.pdf](https://www.aman.or.id/filemanager/files/surat_terbuka_perdagangan_karbon_2023_231013_120638.pdf)

(19) <https://www.forestcarbonpartnership.org/donor-participants>

(20) [https://www.forestcarbonpartnership.org/sites/default/files/documents/web\\_world\\_bank\\_2023\\_fcpf\\_annual\\_report\\_r01.pdf](https://www.forestcarbonpartnership.org/sites/default/files/documents/web_world_bank_2023_fcpf_annual_report_r01.pdf)

(21) <https://www.wrm.org.uy/pt/outra-informacao/assine-a-declaracao-rspo-fracasso-na-eliminacao-da-violencia-e-da-destruicao-do-setor-industrial-de-oleo-de>

## **Organizações de base da África Ocidental e Central reafirmam seu compromisso contra as monoculturas de árvores e em defesa de suas terras e florestas ancestrais**

**A recém-lançada “Declaração de Mouila” é uma mensagem de resistência, solidariedade e unidade de comunidades e organizações de base que são membros da Aliança Informal contra a expansão das Monoculturas Industriais.**

Por quase 10 anos, a Aliança Informal contra a expansão das Monoculturas Industriais na África Ocidental e Central vem cumprindo um papel importante ao conectar organizações de base e ativistas e fortalecer a resistência contra a apropriação de terras e outros ataques de empresas de dendê e outras plantações na região.

Em novembro passado, ativistas comunitários e organizações de base que fazem parte da Aliança, vindos de 10 países, se reuniram em Assembleia Geral para renovar seu compromisso com a defesa das terras ancestrais e continuar resistindo contra os interesses neocoloniais e a tomada das terras das comunidades por empresas.

Veja, abaixo, a declaração completa:

**Gabão, novembro de 2024**

### **A DECLARAÇÃO DE MOUILA**

#### **da Aliança Informal contra a expansão das Monoculturas Industriais**

Nós, membros da Aliança Informal contra a expansão das Plantações de Monoculturas Industriais, reunidos na 6ª Assembleia Geral, em Mouila, Gabão, de 19 a 22 de novembro de 2024, representando comunidades e organizações de Gabão, Nigéria, Camarões, Serra Leoa, Congo Brazaville, Libéria, Gana, Congo Kinshasa, Costa do Marfim e Uganda, estamos profundamente comprometidos com a luta contra a apropriação de terras, principalmente por empresas de plantação de árvores. ADOTAMOS esta Declaração, que marca a nossa convicção sobre a importância vital do reconhecimento e do retorno à propriedade ancestral da terra comunitária na África, para o bem-estar dos primeiros ocupantes.

#### **RECONHECEMOS QUE:**

- As terras ancestrais são o lar de comunidades de pessoas com culturas e conhecimentos da natureza tradicionais;
- As mulheres cumprem um papel fundamental na defesa de suas terras e florestas ancestrais;
- A terra ancestral comunitária na África tem valor intrínseco e merece respeito, independentemente de sua utilidade para os habitantes e a humanidade como um todo;
- A riqueza natural, os direitos e a liberdade em relação a suas terras estão sendo corroídos de

uma maneira e em um ritmo frenéticos e nunca vistos, por causa de políticas de desenvolvimento danosas, implementadas deliberadamente e revestidas de legado colonial;

- Territórios comunitários ancestrais, ocupados ilegalmente na forma de concessões a grandes empresas para desenvolvimento empresarial durante regimes coloniais e pós-coloniais, violam os direitos do povo e, portanto, constituem crimes graves contra a humanidade; uma ilegalidade é uma ilegalidade, independentemente do momento em que foi cometida;

TAMBÉM RECONHECEMOS QUE:

- Os governos pós-coloniais não assumiram suas responsabilidades de dar verdadeira independência às comunidades. Priorizaram interesses coloniais de agentes estrangeiros, promulgaram leis neocomunitárias para comunidades desalojadas cujas terras ancestrais haviam sido roubadas, usando várias noções obscuras de terra nacional e/ou propriedade estatal da terra;
- As ameaças geradas pelos atos insensatos de apropriação de terras ancestrais e sua concessão a empresas trouxeram dificuldades incalculáveis, violência e danos irreparáveis, como perda de vidas e biodiversidade, pobreza arraigada devido à perda de meios de subsistência e propriedade comunitária, gravidez precoce e violência de gênero, etc.
- Os países africanos que se tornaram independentes nas décadas de 1960 e 70 hoje consideram as comunidades como pertencentes ao Estado e aos governos e se acomodam no conforto de suas poltronas em terras distantes para dar concessões a empresas sem o Consentimento Livre, Prévio e Informado de seus verdadeiros proprietários ancestrais.

ESTAMOS COMPROMETIDOS COM:

- Promover e defender práticas agroecológicas e soberania alimentar como forma de resistência;
- Facilitar o estabelecimento de uma rede eficaz e eficiente de comunidades, ativistas e ONGs trabalhando em conjunto em níveis local e internacional, com o objetivo de entender as estratégias e táticas usadas por corporações para roubar terras ancestrais das comunidades, e desenvolver mais estratégias e táticas para orientar essas comunidades a pôr um fim à apropriação de terras e recuperar as que foram ocupadas ilegalmente, segundo os objetivos da Aliança;
- Desenvolver mecanismos que permitam que todos os setores da sociedade, principalmente antigas populações locais, iniciem a jornada de forma não violenta para afirmar seus direitos ancestrais à terra, que alguns governos preferem chamar de terra nacional e/ou terra de propriedade do Estado, sejam parceiros no planejamento e no estabelecimento de iniciativas que agreguem valor à terra ancestral;
- Fortalecer a educação para a resistência não violenta e fornecer treinamento para melhorar sua capacidade de confrontar governos e empresas que queiram tomar seus territórios.
- Reivindicar que as autoridades proporcionem acesso à terra em áreas rurais aos jovens, bem como treinamento e apoio.

**RECONHECENDO que a ação para proteger as riquezas vivas e a beleza da terra ancestral depende do comprometimento total das pessoas locais afetadas, NÓS NOS COMPROMETEMOS a trabalhar com dedicação para implementar as disposições desta Declaração.**

**ENFATIZANDO que o reconhecimento da terra ancestral é essencial para sustentar a sociedade humana e conservar nosso planeta, CONVIDAMOS OS MEMBROS E AMIGOS DA ALIANÇA a divulgar amplamente esta Declaração para garantir que as conclusões sejam incorporadas às atividades diárias.**

Signatários:

- Membros de comunidades do Gabão
- Musiru Divag de Fougamou Gabon
- Institute of sustainable Agriculture, Grand Bassa county, Jogba clan, Liberia
- Women's Network Against Rural Plantations Injustice (WoNARPI), Sierra Leone
- Alliance Uganda Chapter
- Witness Radio, Uganda
- Nature Cameroon
- Synaparcam, Cameroon
- COPACO, DRC
- RADD, Cameroon
- Struggle to Economize Future Environment (SEFE), Mundemba, Cameroon
- CPPH, Cote d'Ivoire
- Collectif des Ressortissants et Écologistes des Plateaux Bateke, Gabon
- REFEB, Cote d'Ivoire
- YVE Ghana
- JVE Côte d'Ivoire
- Association Gulusenu du village Doubou, Gabon
- Muyissi Environnement, Gabon
- Komolo Agro Farmers Association Kiryandongo, Uganda
- Ndagize julius, East African, Uganda
- LOOK GREEN, CARE FOUNDATION, Nigeria
- Association les Rassembleurs du Village Mboukou, Gabon
- Joegba United Women Empowerment and Development Organization (JUWEDO), Liberia
- COLLECTIF ADIAKE. Cote d'Ivoire
- CNOP, Congo
- Maloa, Sierra Leone
- Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
- GRAIN

## Madagascar: Comunidade de Sainte Luce diz NÃO à destruição causada pela mineração

**“Declaramos nossa oposição ao projeto de mineração”. Essa é a mensagem da comunidade de Sainte Luce à QIT-Madagascar Minerals (QMM) e autoridades de Madagascar. A comunidade declarou sua oposição às intenções da empresa de minerar ilmenita, usada na fabricação de tinta branca e plásticos, entre outros produtos, pois isso destruiria suas terras e suas pescarias. Eles deixaram sua posição clara em uma carta e depoimentos em vídeo, que entregaram à subsidiária da Rio Tinto e às autoridades em dezembro de 2023.**

Sainte Luce é uma vila de pescadores com uma população de 2.500 habitantes, localizada no Distrito de Fort Dauphin, Comuna de Mahatalaky, no sudeste de Madagascar. A pesca é fundamental para a subsistência das famílias em Sainte Luce; florestas e pântanos próximos também proporcionam medicamentos, materiais e soberania alimentar. O acesso a serviços públicos como educação e saúde é muito limitado, e as escolas e postos de saúde mais próximos ficam a cerca de 15 quilômetros da comunidade.

Sainte Luce teme que a mineração de ilmenita pela QIT-Madagascar Minerals (QMM), subsidiária da Rio Tinto, destrua suas pescarias, suas terras e seus meios de subsistência. Embora nenhuma data tenha sido comunicada para a expansão da mineração, a comunidade teme que essa expansão possa acontecer a qualquer momento. Para proteger sua sobrevivência como comunidade, eles dizem NÃO a esse projeto de mineração, que, se prosseguisse, destruiria a terra de seus ancestrais.

### **“Declaramos nossa oposição ao projeto de mineração”**

Em dezembro de 2023, a comunidade de Sainte Luce entregou uma carta e depoimentos em vídeo à QMM e às autoridades de Madagascar, nos quais davam a conhecer sua oposição à destruição de suas terras e pescarias para extrair ilmenita, um mineral usado em tinta branca e plásticos, entre outros produtos. (1)

A comunidade de Sainte Luce tem todos os motivos para acreditar que a expansão da mina da QMM significaria destruição, com base no histórico da empresa até agora. Em 2005, em meio a muitas polêmicas, a grande mineradora anglo-australiana Rio Tinto recebeu do governo de Madagascar uma concessão de longo prazo para mineração. A concessão entregou quase 6 mil hectares de terra à QMM – uma joint venture entre a Rio Tinto e o Estado de Madagascar – para extrair ilmenita em três áreas perto da cidade de Fort Dauphin, no sudeste do país. Essas três áreas eram Mandena, Petriky e Sainte Luce. Até agora, a empresa só tem operações em uma dessas áreas: Mandena. A ilmenita extraída pela QMM é enviada a uma planta de processamento da Rio Tinto no Canadá e vendida como óxido de titânio, que é usado em tinta branca e plásticos, entre outras aplicações. Uma tonelada de óxido de titânio custava cerca de 290 dólares em agosto de 2024.

A mineração na área de concessão de 2 mil hectares em Mandena, nos arredores de Fort Dauphin, começou em 2008. Logo após a QMM receber a concessão, famílias que viviam perto de várias instalações relacionadas ao projeto foram forçadas a abrir mão de suas terras, incluindo as que estão perto do novo porto de mineração, das áreas de conservação privadas e de Mandena. Quinze anos depois, ainda há disputas sobre a indenização prometida pela QMM pelos meios de subsistência perdidos, pois as famílias afetadas pela mineração em Mandena alegam que o processo de indenização as deixou em desvantagem. Em maio de 2024, a QMM concordou em reavaliar os pagamentos.

Apesar da enorme destruição causada pelo projeto, a Rio Tinto alega que ajudou a proteger da destruição as florestas ao redor do porto, declarando-as como áreas protegidas. Ao fazer isso, a empresa alega ter “compensado” a destruição das florestas e da diversidade biológica nas áreas de mineração. (2)

Em junho de 2023, antes das eleições nacionais que ocorreriam naquele ano, a Rio Tinto e o governo de Madagascar anunciaram que estava sendo criado um comitê interministerial para facilitar “a obtenção de diferentes autorizações” necessárias para avançar com os preparativos para a mineração nas áreas restantes, Petriky e Sainte Luce. (3)

### **A Rio Tinto lucra, as comunidades de Madagascar pagam**

Segundo um comunicado de imprensa de 22 de agosto de 2023, a multinacional de mineração Rio Tinto detém 85% da QMM, enquanto o governo de Madagascar detém os 15% restantes. Nesse comunicado, a empresa anunciou que o processo de renegociação dos acordos financeiros havia sido concluído, e essa renegociação foi planejada e incluída no contrato de concessão inicial. (4) Tanto no acordo original quanto no renegociado, a maioria dos lucros vai para a Rio Tinto, enquanto as comunidades e o estado de Madagascar ficam com os conflitos e os vários prejuízos deixados pelas operações da mineradora. A Rio Tinto paga meros 2,5% de royalties sobre os minerais brutos extraídos, que exporta para sua própria fábrica no Canadá. O acordo financeiro renegociado também reduz a participação do Estado na QMM para 15% (antes eram 20%), em troca do cancelamento da dívida de 77 milhões de dólares que a empresa adiantou ao Governo de Madagascar “para financiar seus aportes à QMM”. Além disso, o primeiro dividendo que a Rio Tinto concordou em pagar ao governo vem com condições: o Estado deve gastar 12 milhões de dólares para reformar 110 km da Estrada Nacional 13, uma importante via da região.

### **Comunidades enfrentam destruição e poluição da água pela mineração em Mandena**

Em Mandena, a mineração da QMM na última década atingiu três aldeias de forma especialmente dura, principalmente os pescadores. Cerca de 15 mil pessoas vivem nas três aldeias lindeiras à mina. Muitas famílias perderam seus meios de subsistência quando as operações da QMM começaram a destruir as florestas e as pescarias próximas. As famílias viram o rendimento da pesca cair em quase 50% e foram forçadas a deixar suas terras, e muitas nunca receberam a compensação prometida. (5)

Outros grandes impactos da mineração da QMM incluem poluição da água e altas concentrações de chumbo. (6) No início de 2022, os moradores protestaram dizendo que estavam aparecendo peixes mortos nos cursos d'água nos arredores de Fort Dauphin. Pouco antes do início do aparecimento dos peixes mortos, a empresa realizou “uma liberação controlada de água” para evitar (mais um) rompimento dos diques de areia que ela usa para manter a água poluída na área de mineração. Essa não foi a primeira vez que a empresa fez uma liberação emergencial de água tóxica. Em 2010 e 2018, ela também derramou grandes quantidades de resíduos de mineração poluídos em cursos d'água ao redor da mina, a fim de evitar que o sistema de contenção entrasse em colapso. Em 2018, após a liberação da água residual, começaram a aparecer peixes mortos nos lagos. (7)

Pouco depois do aparecimento dos peixes, no início de 2022, o governo impôs uma proibição que fez com que os pescadores perdessem sua renda por meses. Enquanto isso, a QMM fez o que as grandes mineradoras costumam fazer nesses casos: negou qualquer conexão entre a liberação da água poluída e a mortandade dos peixes. (8) Em uma declaração ao site The Intercept, a empresa alega que a análise encomendada por ela de uma amostra de água não mostrou “nenhuma ligação conclusiva entre nossas atividades na mina e os peixes mortos observados por membros da comunidade”. (9)

Têm havido protestos regulares contra as operações de mineração da QMM, por uma infinidade de razões: há reivindicações de indenização não resolvidas; lagos e lagoas foram poluídos por mais de uma década pelo sistema de águas residuais da mina, que a QMM não se dá ao trabalho de consertar; comunidades perderam a renda que costumavam obter com a pesca e a colheita de produtos florestais, como mahampy, um junco usado para produzir as esteiras tradicionais que são comuns na região; comunidades perderam terras onde cultivam alimentos; as promessas de emprego não foram cumpridas; e comunidades enfrentam grandes riscos à saúde devido aos níveis elevados de urânio e chumbo no entorno da mina. Também aqui, a subsidiária da Rio Tinto fez o que as mineradoras costumam fazer em resposta a protestos contra suas atividades destrutivas: ignorou a causa do protesto e pediu às autoridades que mandassem a polícia.

Um relatório divulgado em março de 2022 pela rede Publish What You Pay afirma que “houve protestos contra a QMM desde que a operação começou, em 2009. Centenas de malgaxes ergueram barricadas/bloqueios de estradas e foram às ruas fazer greve contra o deslocamento e a realocação involuntária, a perda de terras e o acesso às suas florestas locais, a destruição de áreas florestais sagradas, a compensação inadequada por terras e meios de subsistência, a remoção de túmulos ancestrais e a desigualdade percebida sobre as práticas de emprego da QMM que favoreceram trabalhadores de outros países ou regiões em vez de treinar e contratar moradores locais”. (10) Muitos desses protestos foram recebidos com repressão policial pesada a líderes sindicais e moradores, que exigem que a empresa pare de infringir a lei, poluir a água e destruir seus meios de subsistência. (11)

Diante da repressão, da prisão de manifestantes e da recusa da mineradora a atender às reivindicações, os moradores que vivem perto das operações da QMM em Mandena iniciaram ações judiciais no Reino Unido em abril de 2024. Eles acusam a Rio Tinto de poluir os lagos dos

quais dependem para suas necessidades domésticas com níveis de urânio e chumbo que representam um grave risco à sua saúde. (12)

Quinze anos de mineração da QMM em Mandena resultaram em destruição, poluição, conflitos, repressão violenta de protestos e perseguição do Estado e da QMM a cidadãos que exigiam o respeito aos seus direitos. É nesse contexto que a comunidade de Sainte Luce declara sua oposição à expansão da mineração de ilmenita proposta pela QMM em seu território.

### **Sainte Luce diz NÃO à destruição de seu modo de vida**

Sainte Luce é a capital da lagosta do sul de Madagascar. Os peixes, caranguejos e principalmente lagostas pescados lá são procurados por chefs de restaurantes de lugares tão distantes quanto a capital de Madagascar, Antananarivo. A pesca de frutos do mar e o processamento de produtos florestais, como amboza e mahampy – fibras naturais que as mulheres usam para fazer esteiras e artesanatos – sustentam a comunidade há gerações.

Alarmados pela destruição e a poluição perigosa causadas pela mina da QMM e pela redução drástica de peixes na vizinha Mandena, os moradores de Sainte Luce juraram proteger seus modos de vida e a terra de seus ancestrais.

Em março de 2023, a comunidade informou a QMM e as autoridades malgaxes sobre sua decisão de se opor à mina de ilmenita em Sainte Luce e à destruição que ela traria. “Declaramos nossa oposição ao projeto de mineração”, disse a comunidade em uma carta à QMM e às autoridades. Em dezembro de 2023, representantes da comunidade entregaram cópias de um vídeo às autoridades malgaxes e à empresa. No vídeo, os moradores explicam sua decisão de se opor à mineração da QMM em seu território. Eles dizem que a comunidade decidiu preparar um vídeo como prova de que a decisão foi coletiva. (13)

“Não queremos esse projeto que destruirá nossas fontes sustentáveis de renda.”

### **A QMM já restringe o acesso da comunidade de Sainte Luce às suas florestas**

Em dezembro de 2023, entre a entrega do vídeo da comunidade às autoridades malgaxes e à QMM em Fort Dauphin, os membros da comunidade de Sainte Luce estiveram envolvidos em um processo judicial. Em questão estava o direito da comunidade às suas terras ancestrais, as florestas que a QMM chama de S8, S9 e S17. A empresa declarou essas florestas como áreas protegidas e alega que, ao fazer isso, salvou-as da destruição. Essas florestas agora são administradas por um grupo chamado FIMPIA (Fikambanana Mpiaro ny Ambatoatsinana), apoiado e financiado pela QMM. A FIMPIA acusa a comunidade de entrar ilegalmente em suas próprias terras ancestrais que a QMM declarou “área protegida”.

Em 2009, a empresa lançou um kit de imprensa sobre a mina, intitulado “Uma mina no resgate da biodiversidade única da zona litorânea de Fort Dauphin”. (14) A publicação fez parte da iniciativa da Rio Tinto para conquistar, ou talvez comprar, ONGs conservacionistas. Algumas dessas

organizações se opuseram inicialmente à mina da Rio Tinto porque ela destruiria 1.600 hectares de florestas costeiras. Para conter a oposição dessa ONG aos seus planos de mineração, a Rio Tinto concordou em “compensar” as florestas biologicamente diversas que sua mina iria destruir.

Porém, ao abandonar sua oposição à mina da QMM, as ONGs conservacionistas ignoraram uma questão muito importante: como alguém pode compensar a destruição de uma floresta única, que é o lar não apenas de muitas espécies raras e endêmicas de plantas e animais, mas também das comunidades de Sainte Luce e Mandena, sua cultura e suas conexões ancestrais? As supostas compensações de biodiversidade envolvem proibir a comunidade de usar várias florestas, tanto imediatamente ao redor da mina, quanto em Antsofso, cerca de 60 km ao norte das operações de mineração.

A floresta comunitária nos arredores de Manafiay – que é o nome de Sainte Luce em idioma malgaxe – é um desses locais que a Rio Tinto declarou área protegida, como parte do programa de “compensação de biodiversidade” da empresa. A QMM se refere à floresta como “Zona S9, S8, S17”, onde “S” significa Sainte Luce. Assim como em Antsofso, a floresta comunitária fora de Manafiay se tornou uma área de biodiversidade prioritária para a Rio Tinto. A operação de mineração da QMM envolve, em essência, uma dupla apropriação de terras: primeiro, das áreas de mineração e, segundo, das áreas de compensação de biodiversidade (S9, S8, S17 e as florestas de Tsitongambarika em Antsofso) onde as florestas comunitárias foram declaradas áreas protegidas a pedido da Rio Tinto. (2)

“Declaramos a nossa oposição ao projeto de mineração”

A comunidade de Sainte Luce deixou claro que protegerá a capital da lagosta da região sul de Madagascar contra a destruição, a violência e os conflitos que a mina da QMM traria. Os moradores informaram à empresa que, para eles, sua comunidade, seus meios de subsistência, seus modos de vida e o lar de seus ancestrais vêm antes da promessa de lucro no curto prazo. Eles apelam às indústrias do turismo e da lagosta para que apoiem seus esforços de proteger Sainte Luce contra a mineração destrutiva, e às autoridades de Madagascar para que não sacrifiquem sua comunidade por dinheiro rápido e ganhos pessoais. A QMM já deixou um rastro de conflito, violência, poluição e ameaças à saúde dos moradores (em função dos níveis elevados de urânio e chumbo em Mandena e Fort Dauphin). Nessa luta de Davi contra Golias, nós nos solidarizamos com a vila de Sainte Luce, cujos moradores juraram proteger a terra de seus ancestrais e o futuro de sua comunidade.

### **Associação Finoana e Secretariado do WRM**

(1) Sainte Luce diz NÃO à destruição de suas florestas e meios de subsistência para mineração. Testemunhos [em vídeo](#).

(2) Your mine. [Vídeo de 17 minutos](#).

(3) 23 de junho de 2023. [L'Etat entend faciliter l'extension du projet QMM à Petriky et Sainte-Luce. 2424MG](#).

(4) [Declaração da Rio Tinto sobre a renegociação dos aspectos financeiros da concessão com o governo de Madagascar](#).

## Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

Veja (7) para saber como a Rio Tinto usa anos eleitorais para fechar acordos com governos.

(5) Villagers demand Rio Tinto compensation. Yvone Orengo. [The Ecologist. Dezembro de 2022](#). Orengo também observa que, apesar das “afirmações da QMM de que pagou quase 4 milhões de dólares em indenização a pessoas impactadas negativamente pela mina de Mandena, até dezembro de 2009 havia 563 reclamações pendentes sobre indenização apresentadas à QMM”.

(6) [Rural villagers living near mine in Madagascar take legal action against mining giant Rio Tinto after tests show dangerous levels of lead in their bodies, Leighday, abril de 2024.](#)

(7) Rio Tinto’s Madagascar mine promised prosperity. It tainted a community. Neha Wadekar. [The Intercept. 3 de abril de 2024.](#)

(8) [Seção do site da Rio Tinto sobre suas operações QMM em Madagascar.](#)

(9) Veja a nota 7.

(10) Large-scale mining’s impacts: a case study of Rio Tinto/QMM mine in Madagascar. [Publish What You Pay Network. Março de 2022.](#)

(11) Comunicado coletivo TANY & CRAAD-OI sobre os protestos de 2018.

(12) Veja a nota 7.

(13) Veja a nota 1.

(14) A mine at the rescue of the unique biodiversity of the littoral zone of Fort-Dauphin. QIT Madagascar Minerals SA Press kit. 2009.

## Fundos milionários para a biodiversidade: uma proposta perigosa

**A proposta para “fechar a lacuna do financiamento da biodiversidade” não aborda as causas subjacentes da perda dessa biodiversidade, e sim aprofunda a financeirização da natureza, permitindo que o setor empresarial e financeiro lucre com a crise ambiental. Andre Standing, membro da Coalizão para Acordos Justos de Pesca (CFFA), analisa essa questão nesta entrevista publicada pela Acción Ecológica durante a COP16 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).**

Enquanto acontecia em Cali, na Colômbia, a 16ª Conferência das Partes (COP16) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a organização equatoriana Acción Ecológica publicou uma conversa com Andre Standing, membro da Coalizão por Acordos Justos de Pesca (CFFA, na sigla em inglês), uma plataforma de organizações europeias e africanas em defesa das comunidades pesqueiras artesanais da África.

Standing faz uma análise crítica de uma das ideias dominantes nas reuniões da CDB, segundo a qual, para combater a perda de biodiversidade, é necessário investir 700 milhões de dólares por ano, principalmente nos países do Sul global.

A COP16 terminou no dia 1º de novembro, sem um acordo sobre a criação de um fundo mundial para cobrir esse déficit, mas a proposta se mantém nos documentos que norteiam a agenda da CDB, da qual participam 196 países.

Compartilhamos aqui [a entrevista completa](#), publicada em 28 de outubro de 2024.

### **Falar em déficit de 700 bilhões de dólares para financiar a biodiversidade é uma proposta perigosa para as pessoas e para a natureza**

Entre 21 de outubro e 1º de novembro, será realizada em Cali, na Colômbia, a 16ª Conferência das Partes (COP 16) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) (1). O documento de base para as negociações é o Marco Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF, na sigla em inglês), adotado durante a COP15 da CDB, em 2022.

Entre os objetivos para 2050 em nível mundial, o Marco Global para a Biodiversidade estabelece a meta de alcançar recursos financeiros suficientes para fechar gradualmente a lacuna de financiamento da biodiversidade, de 700 bilhões de dólares anuais. Por essa razão, uma das questões fundamentais a ser discutidas em Cali, na COP16, são os mecanismos financeiros necessários para fechar esse déficit.

No entanto, como acontece com o financiamento da luta contra as mudanças climáticas, que afirma que seriam necessários pelo menos 100 bilhões de dólares por ano para combatê-las, essas cifras vêm de cálculos especulativos, mas visam claramente tentar salvar o capitalismo da sua atual crise de acumulação.

Um dos principais relatórios para a CDB atingir esse valor de 700 bilhões no Marco Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal é o documento *Financiar a natureza: fechando a lacuna financeira global da biodiversidade* (3). Não é a primeira vez que renomados documentos elaborados por consultores servem de base para debates internacionais sobre o clima e a biodiversidade. O mesmo aconteceu com o histórico documento *Relatório Stern: A economia da mudança climática* (4), encomendado pelo governo britânico e publicado em outubro de 2006 (Nicholas Stern era economista do Banco Mundial) ou o relatório provisório sobre *A economia dos ecossistemas e da Biodiversidade* (TEEB, na sigla em inglês) (5) em 2008, encomendado pela Comissão Europeia, tendo como responsável Pavan Sukhdev, então chefe da divisão de mercados internacionais do Deutsche Bank.

O documento *Financiando a Natureza* foi elaborado por três organizações: o Instituto Paulson, fundado por Henry Paulson, ex-Secretário do Tesouro dos Estados Unidos e ex-executivo sênior da Goldman Sachs, a The Nature Conservancy, a maior transnacional de conservação do mundo e hoje parceira do sistema financeiro internacional, e o Centro Cornell Atkinson para Sustentabilidade, um *think tank* americano criado por David Atkinson, ex-vice-presidente do JP Morgan, um dos maiores conglomerados financeiros do mundo. O prólogo da publicação inclui diretores do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Central Europeu, além de Michael Bloomberg, fundador da empresa de informação financeira Bloomberg, entre outros.

Não é surpreendente que esses relatórios, como o *Financiar a natureza: Fechando a lacuna financeira global da biodiversidade*, sejam liderados por funcionários de bancos, uma vez que não são propostas voltadas a abordar as causas subjacentes da perda de biodiversidade ou as mudanças climáticas, e sim a aprofundar a financeirização da natureza com o objetivo de tirar partido das crises ambientais e favorecer o setor empresarial privado, com a ajuda do sistema financeiro global.

Na entrevista a seguir com Andre Standing, da Coalizão para Acordos Justos de Pesca (CFFA), aprenderemos mais sobre o relatório *Financiar a natureza* e os perigos de precificar a biodiversidade.

**Acción Ecológica:** Andre, você acaba de publicar um longo artigo (6) sobre o documento *Financiar a natureza: fechando a lacuna financeira global da biodiversidade*, que se tornou um dos relatórios mais citados sobre conservação da biodiversidade. Ele também é citado no objetivo D do Marco para a Biodiversidade de Kunming-Montreal e foi usado para estabelecer metas precisas para a mobilização de recursos pelas Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da ONU. Assim, o que se argumenta na COP16 é que existe um enorme déficit ou lacuna de financiamento, de pelo menos 700 bilhões de dólares por ano.

Diga, por que se fala tanto sobre a lacuna no financiamento da biodiversidade? A que se referem quando falam de déficit no dinheiro que deveria ser investido?

**Andre Standing:** *Financiar a natureza* é um relatório incrivelmente influente. Muitas organizações aceitam cegamente a lacuna de financiamento de 700 bilhões de dólares e, claro, isso também inclui os arquitetos do Marco Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal. Há algo de muito atrativo em ver a crise da biodiversidade como um problema que exige muito dinheiro para ser resolvido. Mas eu acho que é essencial que as pessoas percebam que essa cifra é absurda, baseada em cálculos muito duvidosos. Eu também acho que a ideia de uma lacuna de financiamento é uma forma perigosa de abordar debates sobre o que é necessário para transformar as sociedades a fim de melhorar a conservação da natureza. Mas é um enfoque que convém a muitas organizações.

Os relatórios sobre déficit de financiamento ganharam muita popularidade na última década. Todos seguem a mesma fórmula e mostram sistematicamente que a lacuna é tão grande que o financiamento público não consegue fechá-la, razão pela qual o financiamento privado precisa socorrer. Suas recomendações incluem sempre estratégias como “misturar” dinheiro público com investimento privado. (7). Sendo assim, o importante é considerar que esses relatórios sobre déficit de financiamento, incluindo *Financiando a natureza*, têm motivação ideológica. Ninguém deveria aceitar essas cifras, a menos que esteja disposto a apoiar a opinião de que salvar a biodiversidade depende de uma imensa transferência de poder ao setor financeiro privado.

**Acción Ecológica:** No seu artigo, você descreve por que a cifra de 700 bilhões não é confiável. Você pode explicar quais são os problemas com essa cifra?

**Andre Standing:** Eu acho que o problema é que muitas pessoas que usam essa cifra provavelmente não leram o relatório na íntegra.

Os relatórios sobre o déficit de financiamento começam estabelecendo uma base do que é gasto atualmente. Assim, o documento *Financiar a natureza* tenta contabilizar todo o dinheiro que se gasta no mundo e que teria um impacto positivo na conservação da biodiversidade. E me parece estranho imaginar que alguém possa fazer isso. Mas o que os autores desse relatório fizeram foi somar todo o dinheiro que os governos gastam *em biodiversidade* com todo o dinheiro que se gasta através da ajuda ao desenvolvimento, além do dinheiro gasto com financiamento privado e sistemas baseados no mercado, tais como esquemas de rotulagem ecológica, compensações de biodiversidade e títulos verdes. O resultado, segundo os autores, é que o mundo gasta cerca de 140 bilhões de dólares por ano para salvar a biodiversidade.

Conforme eu descrevo no meu artigo, há muitos problemas com os dados que estão por trás disso. Parte do problema é que esse método contabiliza iniciativas que sabemos ser ineficazes. *Financiar a natureza*, por exemplo, pressupõe que, quando o Banco Mundial informa que gastou milhões em um projeto destinado a reformas da silvicultura ou da pesca, esse dinheiro teve um bom resultado. Também se presume que os bilhões gastos em compensações de biodiversidade geram um benefício líquido para a natureza. Grande parte dos fundos contabilizados nesse mesmo relatório também vem de falsos títulos verdes e do valor global do Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council, FSC) – o organismo de certificação para plantações florestais – ou “óleo de dendê sustentável”.

Porém, também há questões mais fundamentais. O relatório aceita uma relação direta entre dinheiro e conservação da biodiversidade. Mais dinheiro equivale a mais sucesso. Mas não faz sentido comparar as despesas de uma empresa dos Estados Unidos, que paga para compensar a perda de biodiversidade, com as de uma organização comunitária que trabalha em um projeto de permacultura em um país do Sul. O que também é especialmente problemático no relatório *Financiar a natureza* é que não se tenta incluir os esforços e despesas de milhões de indígenas e pequenos agricultores ou pescadores que atuam como guardiões de vastas áreas do planeta. Eles não são incluídos de forma alguma, enquanto alguns milhões de dólares arrecadados em títulos verdes estão lá. Igualmente, o valor de um produto com o rótulo ecológico de uma empresa é adicionado ao gasto total com a biodiversidade, mas algo produzido por um pequeno agricultor ou pescador sem rótulo não é contabilizado, mesmo sabendo que este respeita o meio ambiente muito mais do que aquela.

Assim, a cifra de referência do que se gasta não apenas é falsa, mas também se baseia em uma perspectiva errada. E não há reflexão crítica sobre os resultados do dinheiro destinado a salvar a natureza, uma vez que parte dele representa lavagem verde das empresas, o que, na realidade, tem impacto negativo sobre a biodiversidade.

**Acción Ecológica:** Então, se o relatório *Financiar a natureza* inventou uma cifra sobre o que se gasta, como é que chega a uma cifra para o que se necessita?

**André Standing:** Bom, a resposta resumida é que eles inventam essa cifra com base em alguns relatórios polêmicos. Não é muito provável que os autores do relatório saibam quanto dinheiro é necessário para resolver a crise da biodiversidade.

É claro que o problema de calcular quanto dinheiro é necessário para salvar a natureza depende da abordagem adotada. Um bom exemplo é o objetivo 30×30. *Financiar a natureza* se baseia em uma cifra elaborada por outro relatório que estimou quanto custaria declarar 30% do planeta como reserva natural estrita. De acordo com esse relatório, os custos operacionais anuais das áreas protegidas chegariam a cerca de 190 bilhões de dólares. Muitas coisas poderiam ser ditas sobre a precisão dessa cifra, mas o mais grave é que os 190 bilhões partem de um tipo específico de regime de gestão, baseado, em grande parte, no policiamento e no ecoturismo. Alguém teria uma perspectiva completamente diferente sobre os custos se acreditasse em áreas protegidas manejadas por comunidades locais, nas quais muitas funções de gestão têm por base o voluntariado e a ajuda mútua.

Estou particularmente interessado na pesca marítima, e *Financiar a natureza* pressupõe que o mundo precisa gastar entre 23 e 47 bilhões de dólares na gestão pesqueira para garantir a sustentabilidade das pescarias e a recuperação das populações de peixes. Essa é uma cifra ridícula, baseada em um obscuro artigo acadêmico de biólogos marinhos dos Estados Unidos, que projetava os custos globais da gestão da pesca se todos os países gerissem as suas pescarias como fazem os Estados Unidos: através de quotas de captura individuais. Qualquer pessoa familiarizada com a pesca sabe que esse modelo é totalmente inaceitável para muitos países do Sul, pois colocaria em perigo a subsistência de milhões de pessoas. Além disso, há muita literatura sobre

gestão da pesca mostrando que o que os governos gastam nisso não é um bom indicador da qualidade dessa gestão. Os especialistas discordam sobre quais são os ingredientes do sucesso, mas muitos apontam para a importância da governança democrática, da capacidade de resistir aos grupos de pressão empresariais e à corrupção, e de sistemas de posse que favoreçam métodos de pesca artesanal de baixo impacto. O dinheiro, ou a falta dele, não é o maior problema.

Portanto, se perguntarmos como é que os autores de *Financiar a natureza* chegaram a uma estimativa do que temos que gastar, fica bastante claro que essas cifras vêm de alguns trabalhos de pesquisa muito duvidosos, que ninguém deveria levar a sério.

**Acción Ecológica:** Seu artigo descreve *Financiar a natureza* como uma fantasia neoliberal. Isso se deve à forma como se prevê fechar o déficit de financiamento. Você pode explicar?

**André Standing:** *Financiar a natureza* é um relatório longo. Tem mais de 230 páginas, cerca de metade dedicada a descrever como fechar o déficit de financiamento imaginado. O que se descreve nessa parte do relatório é que o enorme déficit de financiamento é grande demais para os governos, de forma que a maior parte do dinheiro necessário deve vir de financiamento privado e de empresas. É feita uma proposta bastante detalhada sobre a origem do dinheiro. Espera-se que os governos elevem os gastos com a biodiversidade em apenas 50% e que a ajuda ao desenvolvimento aumente em 100%. São partes bastante pequenas da proposta. Em comparação, elementos como compensações por perda de biodiversidade, títulos verdes e rótulos ecológicos têm que crescer mais de 20 vezes, o que significa que se tornam a principal fonte de financiamento para a conservação da biodiversidade.

Eu acho que essa proposta não é surpreendente, já que *Financiar a natureza* foi escrito por três organizações dos Estados Unidos estreitamente ligadas ao setor bancário. Mas é preciso reconhecer o quanto essa visão é radical. O que o relatório também diz é que, para desbloquear todo esse fluxo de financiamento privado, Estados e comunidades têm que se enquadrar, para que possam garantir circunstâncias propícias para os investidores privados. Acho que precisamos nos perguntar o que isso significa na prática. Essencialmente, significa que a gestão dos recursos naturais tem que ser privatizada e administrada com fins lucrativos, e que os escassos fundos estatais devem ser usados para garantias de crédito, por exemplo.

O que fica evidente ao se ler *Financiar a natureza* é que tudo isso é uma fantasia. O relatório não é uma publicação séria sobre soluções para a crise da biodiversidade, e sim uma elaborada ferramenta de marketing escrita por organizações que querem vender a conservação aos investidores. A pergunta que devemos nos fazer é como esse relatório foi levado tão a sério e como foi incluído no texto do Marco Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal. Infelizmente, muitas organizações aliadas também se referem ao déficit de financiamento de 700 bilhões de dólares como se ele fosse real.

**Acción Ecológica:** Concordamos que esse é um problema que testemunhamos em muitas reuniões internacionais. Por exemplo, em setembro deste ano, um mês antes da COP16, foi realizada na Colômbia a Cúpula sobre Financiamento da Biodiversidade (8), organizada pelo

governo daquele país. Nessa cúpula, que contou com a participação do Banco Mundial, do BID, de associações de bancos privados, de instituições como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto de Recursos Mundiais (WRI, na sigla em inglês) e de grandes ONGs como o WWF e outras, ficou claro para onde vai esse financiamento. Significa abrir enormes fluxos de dinheiro do setor público para o setor privado e os bancos, desencadear um endividamento devastador e perigoso de pequenos e médios empresários colombianos mediante o acesso a créditos verdes ou azuis e buscar novos negócios com menor risco para os investidores através de garantias e seguros e, ao mesmo tempo, recorrer a fundos filantrópicos para o meio ambiente, que se sabe que chegam a bilhões de dólares provenientes de doadores privados. Isso para mencionar apenas alguns dos interesses daqueles que pretendem lucrar com a crise da perda de biodiversidade e não parecem verdadeiramente preocupados em enfrentar as causas dessa crise.

A mesma lógica está agora sendo aplicada à reunião da COP16. Então, por que a ideia do déficit de financiamento tem apoio tão generalizado?

**André Standing:** Eu acho que expor os defeitos da ideia do déficit de financiamento de 700 bilhões levanta uma série de questões difíceis. É claro que muitas organizações que trabalham com a conservação buscam mais dinheiro, e essas enormes cifras do déficit são visivelmente úteis. Também é verdade que os países do Norte têm uma dívida ecológica com os do Sul, e eu acho que algumas organizações interpretam mal essas cifras como sendo uma espécie de objetivo de reparação dessa dívida.

Mas eu acho que nós precisamos refletir mais seriamente sobre o papel do dinheiro na conservação e, em particular, sobre as ameaças de rumarmos a um modelo de pagamento da conservação através de financiamento privado. A questão central do relatório *Financiar a natureza* é como a sociedade gere os recursos compartilhados. A forma como o dinheiro é gerado e distribuído é de vital importância, mas a ideia de que sistemas sustentáveis e equitativos de gestão de recursos dependem de enormes quantidades de investimento externo parece equivocada e contradiz muito do que defendem os movimentos sociais no Sul, como reviver e cuidar dos bens comuns e avançar rumo à soberania alimentar.

Como você disse, a via do financiamento privado aumentará o fluxo de dinheiro aos países do Sul, mas grande parte dele assumirá a forma de dívida. Esse dinheiro terá que ser reembolsado. Portanto, se a lacuna de financiamento for fechada, acabará representando uma enorme transferência de riqueza do Sul para o Norte. Provavelmente também envolverá uma continuação da transferência de controle sobre o uso dos recursos naturais a organizações mais bem posicionadas para acessar o capital financeiro. Eu acho óbvio que o déficit de financiamento de 700 bilhões de dólares não deva ser associado ao pagamento de uma dívida ecológica.

Ao denunciar a meta de 700 bilhões de dólares como um absurdo perigoso, não devemos ignorar que existem necessidades genuínas de redistribuição do dinheiro, incluindo o apoio a entidades governamentais e organizações da sociedade civil ou comunitárias com poucos recursos. Mas a questão que deveria ser o foco da COP16 é como esse dinheiro pode ser gerado de forma

sustentável, equitativa e justa, ao mesmo tempo que se complementa um sistema que não esteja casado com um crescimento econômico sem fim. Infelizmente, graças a relatórios como *Financiar a natureza*, parece que estamos caminhando na direção errada.

**Acción Ecológica:** Como você explica bem, o documento *Financiar a natureza* teve um impacto profundo nos debates globais sobre a conservação da biodiversidade e é usado para um dos quatro objetivos do Marco Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal. Isso está se vendo nas negociações sobre biodiversidade da COP16. Em Cali, aprofunda-se a ideia de que precificar e financeirizar a natureza pode servir para salvar o planeta.

Não devemos nos esquecer de que a proposta de “fechar as lacunas de financiamento” não surge com a questão do financiamento do clima ou da biodiversidade. Essa tem sido uma obsessão dos capitalistas há séculos. Ela já aconteceu, por exemplo, para acelerar a saída de mercadorias e a necessidade de ferrovias ou estradas, de subsídios estatais ou sobretudo para enfrentar a resistência – a resistência da natureza e a resistência dos povos.

O foco no aumento do financiamento relacionado às mudanças climáticas ou à biodiversidade é uma distração em relação aos debates urgentes sobre as causas profundas da perda de biodiversidade ou do aquecimento global, tais como a necessidade de deixar o petróleo e o gás no solo, de produzir e transportar menos produtos industriais e de o Norte global consumir menos e respeitar os direitos coletivos das pessoas e da natureza.

(1) [Décima-sexta reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica \(COP16\)](#)

(2) [Decisão adotada pela Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica, dezembro de 2022](#)

(3) O relatório *Financiar a natureza* completo está disponível [aqui](#).

(4) [Governo do Reino Unido. TEEB.](#)

[Resumo em inglês.](#)

(5) [A economía de los ecosistemas y la biodiversidad, Comunidades Europeas, 2008](#)

(6) [CFFA, Why the \\$700 billion funding gap for biodiversity is dangerous nonsense: Implications for the oceans and small-scale fisheries, outubro de 2024](#)

(7) Veja UNCTAD (2023) “SDG investment is growing, but too slowly: The investment gap is now \$4 trillion, up from \$2.5 in 2015”, [disponível aqui](#).

(8) Cúpula sobre financiamento para a biodiversidade, [Rumo à COP16, 20 de setembro de 2024](#)

## DOS ARQUIVOS DO BOLETIM DO WRM

### **Para reler. REDD+ no Acordo de Paris: Financiamento para a indústria de conservação e desmatamento sem obstáculos**

Esta edição do boletim resgata um artigo escrito pelo WRM em 2017, em que mostramos como o reconhecimento formal do REDD+ no Acordo de Paris significou mais uma possibilidade para empresas e grandes ONGs conservacionistas (a “indústria da conservação”) se apropriarem de recursos financeiros. O artigo trata também da criação do REDD+ enquanto “moda de conservação”, o que lastreou o direcionamento de recursos de bancos de investimento e governos do norte global, imediatamente também despertando o interesse de corporações do setor alimentício e de bens de consumo. [Leia o artigo aqui.](#)

## RECOMENDADOS

### **Brasil: Lançado dossiê sobre a resistência e ocupação tradicional dos Turiwara Tembé no alto Rio Acará, estado do Pará, Brasil**

Pesquisas minuciosas realizadas pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia junto com as comunidades tradicionais no alto Rio Acará ao longo de cinco anos, resultaram no dossiê “Indígenas Turiwara Tembé no alto rio Acará: conflitos étnicos e territoriais”. Esse belíssimo trabalho descreve detalhadamente a história e lutas de resistência das comunidades tradicionais nessa região do Pará, comprovando que os Turiwara Tembé pertencem ao território que há muitos anos reivindicam. Ao fazer um relato detalhado de sua resistência, da ocupação tradicional do território, do processo recente de retomadas de território e da brutalidade praticada contra os indígenas pela empresa Agropalma que ilegalmente ocupa este território, esse dossiê é uma forte denúncia de como esta empresa nega brutalmente sua existência, sua identidade, tratando-os como ‘invasores’. Perante as evidências contidas neste documento, é inaceitável a inércia dos órgãos competentes do Estado brasileiro em não demarcar o território dos Turiwara Tembé. O documento pode ser acessado [através de este site.](#)

### **Uma breve história de colonialismo, mudanças climáticas e mercados de carbono**

As mudanças climáticas não são um desastre natural. Elas são resultado de decisões, práticas e políticas adotadas e mantidas por um número relativamente pequeno de atores, basicamente para atender a seus próprios interesses. Porém, as consequências são globais e o impacto mais intenso acontece em lugares e comunidades que menos têm responsabilidade pela criação da crise. As mudanças climáticas estão inseridas na história do colonialismo e do capitalismo. É importante refletir sobre essa história para entender melhor o surgimento e a promoção do mercado de carbono. Sem esse contexto, corre-se o risco de abordar os problemas de forma tecnocrática em vez de vê-los essencialmente como uma questão de justiça e equidade.

Este artigo da SOMO faz parte da série “Enfrentando os fatos: as compensações de carbono desmascaradas”, que derruba oito mitos promovidos pela indústria das compensações.

[Leia o artigo completo aqui \(disponível apenas em inglês e holandês\)](#)

## **A aprovação do Artigo 6.4 pela COP29 está “abrindo as comportas para um mercado global de carbono que terá impactos devastadores sobre as comunidades do Sul Global”**

Esta publicação do REDD-Monitor analisou a aprovação do mecanismo do Acordo de Paris para um mercado global de carbono no primeiro dia da última conferência climática da ONU, em Baku. Com um texto que muitos considerariam confuso, as regras, que foram sendo criadas na hora, refletem um processo no qual o Órgão Supervisor do Artigo 6.4 foi além de seu mandato para estabelecer as normas do mecanismo. No entanto, independentemente de como foi o processo de elaboração e aprovação, o mecanismo está fadado a ser enganoso e agravar a crise climática. É por isso que a aprovação gerou críticas imediatas de muitas organizações da sociedade civil, algumas das quais se reuniram na segunda parte desta publicação. [Leia aqui](#)

## **Novo livro: CLIMATE OPIUM - Como estamos tendo uma overdose de falsas soluções para a emergência climática.**

Em seu último livro, Cassandra, uma ativista de longa data contra os mercados de carbono, reúne informações importantes sobre a “overdose” de falsas soluções para a atual emergência climática. Quem é responsável pela crise atual? O que eles fizeram para se livrar de sua responsabilidade enquanto lucravam e destruíam os meios de subsistência das pessoas? Ao apresentar casos passados e recentes, o livro fornece uma análise anticolonial das crises ambientais e destaca a resistência dos povos indígenas e dependentes da floresta. [O livro está disponível em inglês gratuitamente](#)

**Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: Boletim 273 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Governos e ONGs a serviço de interesses corporativos: impactos e lutas de resistência" (<https://wrm.org.uy/pt/>)**

*O Boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.*

[Assine o Boletim do WRM](#)

Você perdeu a última edição do boletim do WRM  
***Compensação e monoculturas: ameaças crescentes aos territórios***  
**[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)**

### **Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)**

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

#### **Secretaria Internacional do WRM**

Av. Bolivia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)

<http://wrm.org.uy/pt>